



RGeAS Revista de Gestão
Ambiental e Sustentabilidade

Revista de Gestão Ambiental e

Sustentabilidade

E-ISSN: 2316-9834

jurnalgeas@gmail.com

Universidade Nove de Julho

Brasil

Freitas da Silva, Andrey; Fernandes Pereira, Maurício

**ANÁLISE PROSPECTIVA E CRÍTICA DO TERRITÓRIO DE ARAQUARI: RELAÇÃO
DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL COM
O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 3, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 1

-15

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647054001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



ANÁLISE PROSPECTIVA E CRÍTICA DO TERRITÓRIO DE ARAQUARI: RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

¹Andrey Freitas da Silva

²Maurício Fernandes Pereira

Recebido: 30/05/2014

Aprovado: 24/07/2014

RESUMO

O artigo trata da análise prospectiva e crítica do território de Araquari (Santa Catarina), de acordo com os critérios de sustentabilidade de Ignacy Sachs e com o Plano Diretor Municipal no campo do desenvolvimento territorial sustentável. A pesquisa é qualitativa e exploratória. Leva em conta o contexto sócio-histórico do município, tendo o objetivo de identificar potencialidades do território e destacar possibilidades para os atores, a gestão, as configurações organizacionais e as transformações sociais decorrentes da instalação de uma fábrica automotora da Bayerische Motoren Werke (BMW) até 2014. Os critérios de sustentabilidade do Plano Diretor são avaliados sob a ótica da sociedade civil, Estado e mercado. A pesquisa analisa aspectos de municípios brasileiros que são sedes de complexos automotivos e que atravessaram processos semelhantes ao de Araquari. O estudo conclui que é necessário que todos os atores observem o Plano Diretor e suas diretrizes, em especial as funções sociais da cidade, a função social da propriedade, a sustentabilidade, a igualdade e justiça social e a gestão democrática e participativa.

Palavras-chave: atores sociais, plano diretor municipal, critérios de sustentabilidade, desenvolvimento territorial sustentável.

¹ Mestrando em ADMINISTRAÇÃO pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Analista de Correios Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, Brasil.
E-mail: andreyfreitas@yahoo.com.br

² Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Servidor Público: Planejamento Estratégico pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil.
E-mail: mfpocris@gmail.com



**PROSPECTIVE ANALYSIS AND CRITIQUE OF THE TERRITORY OF Araquari:
THE RELATIONSHIP BETWEEN SUSTAINABILITY CRITERIA IN THE CITY
MASTER PLAN AND TERRITORIAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT (TSD)**

ABSTRACT:

The article deals with the prospective analysis and criticism for the territory of Araquari (Santa Catarina) according to the sustainability criteria of Ignacy Sachs and the Master Plan in the field of Sustainable Territorial Development (DTS). The research is qualitative and exploratory and uses a socio-historical context of Araquari. The objective is to identify the potential of the territory and to highlight the role of the management of organizational settings and social transformations, during an automotive factory installation in 2014 (Bayerische Motoren Werke - BMW). Through evaluation of the sustainability criteria, the Master Plan of the municipality is assessed with regard to the managers and civil society, state and market, with terms and Reflections of DTS and the expectations and challenges in view of the

managers. The research reports on aspects of Brazilian municipalities that are home to complex automotive and crossed processes with the expectation that positive and similar processes should happen in Araquari. The study concludes with the need to comply to the letter of the Master Plan by all stakeholders in accordance with its guidelines. It is essential that the following requirements be addressed: the social functions of the city, social function of property, sustainability, equality in social justice, and democratic and participatory management.

KEY WORDS: social actors; municipal master plan; sustainability criteria; Sustainable Territorial Criteria (DTS).

**ANÁLISIS PROSPECTIVO Y CRÍTICA DEL TERRITORIO DE Araquari:
RELACIÓN DE CRITERIOS DE SOSTENIBILIDAD Y MUNICIPAL DIRECTOR DE
PLANIFICACIÓN TERRITORIAL CON EL DESARROLLO SOSTENIBLE (DTS)**

RESUMEN:

El artículo trata sobre el análisis prospectivo y la crítica del territorio de Araquari (Santa Catarina) de acuerdo con los criterios de sostenibilidad de Ignacy Sachs y con el plano del director Municipal en el campo de desarrollo Territorial Sostenible (DTS). La investigación es de carácter cualitativo y exploratorio realizado por el contexto sociohistórico del municipio con el objetivo de identificar las potencialidades del territorio y poner de relieve las posibilidades de los actores, la gestión, la configuración de la organización y la transformación social, de acuerdo con la instalación de fabrica automotora en 2014 (BayerischeMotorenWerke - BMW). A través de la evaluación de los criterios de sostenibilidad, el Plan del director de municipio es avaliado mediante los actos de la sociedad civil, Estado y mercado, con términos y

reflexiones de DTS con las expectativas y desafíos en vista de los actos. El estudio relata aspectos de municipios brasileños que son sedes de complejo automotivo y que atraviesan procesos semejantes y positivos por el cual pasara el municipio de Araquari. El estudio concluye con la necesidad de haber cumplido con todos los actos del Plan directivo de todos los directores de acuerdo con sus directrices, siendo esencial que los siguientes requisitos: funciones sociales de la ciudad, función social de la propiedad, la sostenibilidad, la igualdad y justicia social, la gestión democrática y participativa.

PALABRAS-CLAVE: actores sociales, plan maestro municipal, criterios de sostenibilidad; Desarrollo Territorial Sostenible (DTS).



1 INTRODUÇÃO

As relações entre o Estado e seu ambiente e entre cidadãos, governos e empresas estão mudando consideravelmente. É uma realidade que não comporta nem a ideia de um Estado, que se retira unilateralmente e nega novas demandas, e nem a crença na capacidade de autogoverno de outros atores sociais. O papel do ambiente e de todo o contexto que envolve o desenvolvimento dos territórios entra em um processo de análise nessa contextualização (Chagnazaroff, 2009).

O desenvolvimento dos municípios, aliado à visão do desenvolvimento territorial, enfrenta parâmetros decisivos na relação entre a participação do homem e a sustentabilidade. Pequeur (2006) enfatiza que a combinação entre trabalho, capital e matéria-prima varia de um local para outro, sendo que a diferenciação é apenas espacial e não geográfica. Surge a ideia de que a proximidade espacial é variável fundamental e de que a metropolização é a comprovação de que foi assumido o fordismo.

Abramovay (2006) relaciona virtudes para a noção de territórios, como: se abandonar um horizonte estritamente de uma área delimitada; impedir a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento – os estudos empíricos se voltam para situações localizadas de agentes e organizações; e aprender sobre as relações entre sistemas sociais e ecológicos. O desenvolvimento de territórios no mundo, no país e nos municípios gera um processo de reflexão para o desenvolvimento econômico e sustentável.

As notícias publicadas na mídia catarinense e nacional destacaram, em 2012, a prospecção da multinacional BMW no Brasil para a implantação de um parque industrial automotivo. Depois de meses de estudo e negociação entre empresa, governo federal, estadual e municipal, chegou-se à escolha de Araquari, município situado na região norte de Santa Catarina, para implantação no ano de 2014. De acordo com a visão geopolítica (territorial) avaliada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Araquari é um município com 24,8 mil habitantes, área de 386 km², produto interno bruto (PIB) de 380,8 milhões de reais, renda *per capita* de 16.500,00 reais, seu bioma é a Mata Atlântica e está localizado na área da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

O investimento a ocorrer com a implantação da montadora é de grande monta, próximo a 200 milhões de euros, sendo gerados 1.000

empregos diretos e a previsão de início da obra era abril de 2013, com conclusão prevista para o final de 2014 (Manzui, 2012). A área da fábrica é de 1,5 km², sendo que a logística – com a proximidade às rodovias BR-101 e BR-280 e três portos, a previsão de melhoria modal de ferrovias e rodovias – e a mão-de-obra qualificada da região foram fatores determinantes na escolha do município.

Impactos foram gerados antecipadamente no desenvolvimento da cidade. O município tem plano diretor, mas informações de Andrade (2012) destacam o início da especulação imobiliária, visto que áreas cujo metro quadrado valia 4,00 reais há cinco anos, nos dias atuais valem 20,00 reais. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município destacou que os bairros de Itapocu e Rainha devem ser os locais onde os futuros trabalhadores da empresa se instalarão, embora não haja ainda infraestrutura.

O problema da pesquisa é estudar aspectos prospectivos diante da vinda de uma empresa de grande porte para o município de Araquari e quais serão os impactos para o desenvolvimento da região. Os impactos são avaliados de acordo com os critérios de sustentabilidade e a partir da comparação com o ocorrido em municípios brasileiros que passaram pelo mesmo processo em décadas anteriores.

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise prospectiva e crítica, isto é, identificar as potencialidades do território e destacar as possibilidades de intervenção dos atores, da gestão, das configurações organizacionais e das transformações sociais, de acordo com os critérios de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), inseridos no espaço territorial de Araquari.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No estudo em questão, a pesquisa qualitativa foi realizada pelo autor à luz do contexto sócio-histórico do município, formando um cenário que considera as variáveis que poderão influenciar o desenvolvimento municipal nos próximos anos. A pesquisa é bibliográfica, em razão do estudo sobre documentos e material coletado, e descritiva, por buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas. Os métodos de coleta utilizados foram a pesquisa bibliográfica em artigos, livros, notícias publicadas por jornais e mídia eletrônica e



documentos do município de Araquari e do estado de Santa Catarina.

A estrutura do trabalho foi concebida para primeiro destacar o referencial teórico, por meio de análise do DTS e sua avaliação junto à sociedade civil, ao mercado e ao Estado, análise de seus termos e reflexões, critérios de sustentabilidade de Sachs (2007) e levantamento de municípios brasileiros que receberam fábricas e montadoras de automóveis. Depois, se faz a análise de dados sobre o território, destacando o histórico estatístico de Araquari e a avaliação dos critérios de sustentabilidade de acordo com Sachs (2007): social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional, comparando com o plano diretor do município. Por fim, são tratadas as expectativas e desafios na visão dos atores sociais diante do processo de transformação que o território deverá passar nos próximos anos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

3.1 AVALIAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, MERCADO E ESTADO SOBRE O DTS

Bobbio (1999) define sociedade civil, um dos atores sociais, por meio de alguns exemplos: os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes, as organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais e, indiretamente, políticos. O autor também coloca como exemplos os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc. Entretanto, a visão tripartite gramsciana destacada por Arato e Cohen (1997) recorda a participação da sociedade civil na reconstrução do conceito de mundo, interação social entre os sistemas econômico (mercado) e estatal (Estado). Segundo os autores, não existe razão teórica para excluir a influência dos impulsos comunicativos e democráticos da sociedade civil, do Estado e da economia.

O contexto em estudo, ou seja, o território de Araquari, sob a expectativa de chegada de uma grande empresa multinacional (mercado), por intermédio de incentivos fiscais propostos pela intervenção dos governos federal, estadual e municipal (Estado), põe em destaque a forma como a sociedade civil do município será enquadrada nesse processo de desenvolvimento.

Como desenvolver, conforme Pecqueur (2006), o território de forma que ele possa gerar um produto a ser comercializado, de forma que se ocorresse, haveria a imersão de um novo modelo industrial e uma nova realidade no contexto territorial? Esse aspecto de desenvolvimento surge no momento em que sociedade e comunidade local estão em equilíbrio, o capital cognitivo coletivo (historicidade e memória coletiva) é formado e, por fim, há reciprocidade entre membros, por meio de fidelidade, gratidão e identidade.

A visão de um desenvolvimento do território com um aspecto “pós-fordista”, como destaca Pecqueur (2006), vem ao encontro do conceito do território como o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores, sendo que, dentre os atores mencionados pelo autor, estão agentes da sociedade civil. O DTS será resultado de uma estratégia de aliança entre diferentes grupos envolvidos, dada uma questão produtiva específica.

Becattini (1999) exemplifica o distrito industrial como uma forma capaz de auxiliar no desenvolvimento integrado dos atores e de agir de forma inclusiva com a sociedade civil. É o caso da Terceira Itália, um conjunto de áreas desenvolvidas por meio de pequenas e micro empresas regionais, que contam com confiança mútua, empresários com visão política e cooperação por meio de produção focada no tecido socioterritorial. Nessas localidades, o individualismo e o sentido comunitário se fundem harmoniosamente. Putnam (2000) complementa que o processo de êxito desse modelo italiano se deve à mudança institucional do Estado, por meio de regras de reciprocidade e participação cívica com mecanismos de cooperação. Para embasar o DTS e a avaliação da sociedade civil, mercado e Estado, são demonstrados termos conceituais e reflexões do estudo em questão.

O papel da governança e a aplicabilidade do DTS são fundamentais, pois a importância da governança em redes de cooperação é atuar como uma forma de promover o desenvolvimento das organizações e pessoas que, isoladamente, não teriam capacidade e competência para obter todos os recursos que o mercado exige. Nessa perspectiva, indiferente da posição estratégica empregada, a formação de redes consolida-se como uma alternativa viável para a conquista de diferentes formas de vantagens competitivas e da sobrevivência organizacional (Cruz, Martins & Quandt, 2009).



3.2 TERMOS E REFLEXÕES DO DTS

De acordo com a concepção de participação de sociedade civil, mercado e Estado em um novo panorama para o território, estudos e autores demonstram termos e reflexões a serem considerados quando se fala de desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável e DTS.

As sugestões de desenvolvimento, empoderamento e acordos de cogestão constam na visão de Conexões Transescalares, conforme Vieira, Berkes e Seixas (2005). A utilização dos recursos naturais, levando em conta o empoderamento da população e a segurança da subsistência, deve ser considerada no processo de desenvolvimento do município em estudo. O *feedback* da utilização de recursos, a gestão adaptativa proporcionando aprendizado social, a avaliação da resiliência com aprendizagem e adaptação, além da participação popular, devem ser avaliados na busca do desenvolvimento sustentado do território.

Vieira et al (2005) destacam a gestão adaptativa como forma de aprendizagem e adaptação, por meio da aprendizagem social e da resiliência. O IBGE (2004) conceitua resiliência como medida da capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico, perceptivelmente, para um estado diferente. A instalação da nova fábrica, em local definido pelo plano diretor do município, deverá gerar impactos ambientais de curto, médio e longo prazo, não somente em seu perímetro, mas em todo o processo de ocupação que haverá pela nova formação e estruturação do município. Vieira et al (2005) destaca três itens essenciais a serem avaliados na gestão de recursos: eficiência, sustentabilidade ecológica e equidade.

Vieira, Cazella e Cerdan (2009) desenvolveram estudos para embriões territoriais em Santa Catarina, que serviriam como modelo para o possível desenvolvimento do território de Araquari. Dois elementos básicos – resgate das trajetórias de desenvolvimento e percepções e padrões de diferentes *stakeholders* locais – representam um passo indispensável para a realização de estudos de prospecção territorial, para a criação de uma política de fomento, integração e monitoramento da eficácia da estratégia e, também, para a capacitação contínua dos *stakeholders* locais. Esse mecanismo é utilizado no estudo em questão e a prospecção é feita de acordo com a visão dos grupos de interesse, como ocorre mais adiante neste texto. Um terceiro elemento básico, segundo os autores, seria a busca por

organização de programas especiais de capacitação e fortalecimento institucional. Trata-se de somar esforços necessários para melhorar, nutrir e utilizar as habilidades e capacidades de pessoas e instituições em todos os níveis. As dinâmicas do desenvolvimento territorial devem ser cada vez mais integradas e, diante dessa prospecção territorial, é necessário: identificar, de forma rigorosa, os principais pontos de estrangulamento; propor novos instrumentos de intervenção, considerados pertinentes face aos desafios impostos pela globalização econômica e cultural; estimular a adoção de novos critérios de eficiência econômica coletiva no âmbito de redes de pequenas e médias empresas.

Conforme Andion, Serva e Lévesque, (2009), a relação entre noção de sustentabilidade e território pressupõe articulação entre as escalas global e local. A sustentabilidade tem uma dimensão normativa e global que, para que seus princípios sejam aplicados, precisa ser apropriada pelos atores sociais (sociedade civil), sediados em um contexto espacial e temporal específico. O caráter universal da sustentabilidade advém desse termo e, ao mesmo tempo, contém um caráter particular, relacionado aos acordos específicos entre os atores, levando em conta as realidades locais, no caso, as realidades do território de Araquari e região. Nesse sentido, as noções de global e de local são inter-relacionadas.

As conclusões e interpretações de Andion et al. (2009) vêm ao encontro da ideia de um desenvolvimento sustentável para o território em estudo. A noção de economia plural aplicada aos estudos das dinâmicas de DTS proporciona uma releitura da relação entre economia, social e meio ambiente. Todos se relacionam, sendo que o meio ambiente passa a ser considerado quando a interação de propriedades particulares dos sistemas ecológicos com os sistemas socioeconômicos é levada em conta.

Dessa forma, não há como considerar o desenvolvimento econômico como único aspecto relevante na implantação de uma empresa em um determinado território, pois a economia inclui atividades não-mercantis e não-monetárias. Além disso, o social não pode ser definido exclusivamente em termos de custos, pois é um importante elemento gerador de vantagens competitivas. Nesse caso, desde que bem qualificada por meio de um processo de inclusão regional, a sociedade local será capaz de favorecer um retorno elevado sobre o investimento.

A economia plural demonstra uma nova realidade no momento em que define a prospecção de um cenário territorial. Sauvage



(1996) conclui sobre a capacidade de um desenvolvimento de território fornecer papéis fundamentais entre os atores:

O desenvolvimento de uma economia plural que não se reduz a um gueto para excluídos, a uma nova forma de “apartheid social”, pressupõe mudanças profundas no modo atual de funcionamento da economia mundial: reforma de indicadores, limites impostos à competição, necessidade de uma abordagem mais ampla, qualitativa e de longo prazo e, mais fundamentalmente, a reinserção (reencastramento) da economia na sociedade. No plano político, essas iniciativas e o fenômeno da exclusão ao qual elas tentam responder, manifestam os limites da democracia atual: uma nova repartição de papéis é necessária entre Estado, comunidades locais, parceiros sociais e sociedade civil.

A relação entre os termos e reflexões destacados neste subcapítulo conduz a variáveis que influenciam expectativas e desafios de todos os atores, em razão da forma que o desenvolvimento em Araquari ocorrerá. A relação entre degradação do ambiente e conservação ambiental e entre o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atual e a qualidade de vida da população atual e a que está por vir para integrar a mão-de-obra direta e indireta no município definirão as diretrizes de como o Estado deverá atuar buscando o desenvolvimento do território.

De acordo com Alves (2001), o papel das organizações na sociedade não se restringe meramente à produção de bens ou à prestação de serviços em condições eficientes, assim como não se limita à maximização do lucro para os acionistas, mas consiste antes na geração de riqueza em um sentido mais amplo. A geração de riqueza pela empresa pode se estender além da maximização do lucro, em benefício dos acionistas ou credores, da geração e manutenção de empregos e do desenvolvimento de infraestrutura de pesquisa e comunicações. Ela passa a incorporar também a preservação dos recursos naturais não renováveis, a promoção de direitos fundamentais do trabalhador e a proteção dos interesses do consumidor. É dentro desse cenário que o DTS deve ser avaliado.

Assim, segundo Vieira et al. (2009), o DTS requer um ambiente institucional favorável à sua disseminação. Para que as inovações se mantenham ao longo do tempo, é essencial que

estejam inscritas em sistemas de inovações mais amplos, capazes de promover transformações sociais e articulações institucionais entre as iniciativas. Essas articulações promovem tanto a fragmentação do processo decisório quanto a arquitetura da participação de todos nas iniciativas de desenvolvimento dos territórios. A necessidade de estudos mais aprofundados sobre os reais interesses subjacentes ao uso do termo “governança” diante das questões ambientais, muitas vezes problematizadas em termos econômicos em detrimento de sua condição de direito humano universal, ocasiona um desafio ao desenvolvimento do território (Lorenzetti & Carrion, 2012).

O que se vê, no caso em estudo, é o risco de que muitos dos grupos de interesse (atores regionais) fiquem à margem de iniciativas e do próprio desenvolvimento proposto com a chegada da nova empresa, assim como o risco de subjugação do potencial regional de desenvolvimento nos campos culturais, sociais e ambientais para o benefício de poucos. Dessa forma, destacam-se a seguir os critérios de sustentabilidade de Sachs que servem de base para esta pesquisa.

3.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE SACHS

A análise de território na visão de Sachs (2007) é feita por meio dos seguintes critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional. Além disso, o autor busca estratégias visando a ecossocioeconomia.

A visão social, de acordo com os critérios de sustentabilidade de Sachs (2007), deve abranger um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. A visão cultural deve explicitar mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança combinada com abertura para o mundo. Pode-se compreender, de acordo com Sachs (2007), que a visão ecológica deve buscar a preservação do potencial do capital natural na produção de recursos renováveis e limitar o uso dos recursos não renováveis. Na visão ambiental, o respeito e o realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais são fatores essenciais na



preservação desses recursos. Sobre o critério territorial, Sachs (2007) ressalta, como variáveis importantes, as configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), a melhoria do ambiente urbano, a superação das disparidades inter-regionais e as estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação de diversidade pelo codesenvolvimento). A visão econômica relata o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, a segurança alimentar, a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, além de razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e a inserção soberana na economia internacional. Quanto à política nacional, a democracia é definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social. Segundo Sachs (2007), são variáveis desse modelo de política, em uma visão internacional, a eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, de garantia da paz e de promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de codesenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; e, por fim, controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.

A visão de Sachs poderá ser avaliada de forma prospectiva neste estudo. Entretanto, destacam-se formas e situações de municípios que, ao receberem fábricas e montadoras automobilísticas, não puderam obter prevalência dessa interpretação e evoluíram de variadas formas.

3.4 MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE RECEBERAM FÁBRICAS E MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS

Apesar de o desenvolvimento econômico ter grande destaque, o crescimento sem planejamento e desestruturado dos territórios é capaz de provocar desigualdades e impactos ambientais irreversíveis. A comparação de Araquari com os municípios a seguir não deixa de ser plausível, visto que se localiza ao lado do maior município de Santa Catarina (Joinville), detentor do maior parque industrial, PIB elevado e mão-de-obra qualificada.

Joinville passou de um PIB de 13,3 bilhões de reais, em 2009, para 18,4 bilhões de reais em 2010, um crescimento de 38,3%. O desempenho de Joinville colocou a cidade na posição 25 entre os municípios com os maiores PIB do país, a melhor colocação das cidades catarinenses. Ratificando a informação anterior, Santa Catarina é o estado do Brasil que menos depende economicamente da sua capital, Florianópolis. Joinville foi o maior município de Santa Catarina em toda a série pesquisada pelo IBGE, de 1999 a 2010, o mais populoso do estado e um polo metal-mecânico. Nesse sentido, Araquari pode ser comparado com os municípios a seguir.

- **São Bernardo do Campo (SP)** – com uma população de aproximadamente 765 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2010), o município é conhecido nacionalmente por contar com indústrias e um polo automobilístico dentro de seu território. Integra a região conhecida como ABC paulista, com Santo André e São Caetano, e foi berço das principais revoluções sindicais nas décadas de 1970 e 1980, em razão do elevado número de metalúrgicos. São Bernardo do Campo é o local da sede da Volkswagen no Brasil e de uma fábrica da Ford e, em 60 anos (desde 1953), a população passou de 60 para quase 800 mil. De acordo com Andrade (2012), a professora de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) Cristina Helena Pinto de Mello destaca que a concentração de companhias do mesmo segmento em determinada área acentua o desenvolvimento da região como um todo. Para cada emprego direto criado pelas montadoras, outros dois surgem no segmento de autopeças.
- **Betim (MG)** – responsável por 9% da riqueza produzida em Minas Gerais, Betim é sede da Fiat, que chegou ao município na década de 1970. Com uma população de 378 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2010), a região, que anteriormente era focada em atividade agropecuária, se tornou a responsável pela segunda maior riqueza entre os municípios mineiros. A participação acionária do Estado acabou se encerrando até o acontecimento da segunda fase do processo de implantação da empresa: a “mineirização” de fornecedores. Entre 2000 e 2010, foram criados 36 mil empregos, sendo que a taxa de crescimento da população, só na



- década de 1990, foi de 8,71% ao ano (Andrade, 2012). Percebe-se o desenvolvimento regional de caráter econômico, social e de empresas que se fixaram em um raio de 50 quilômetros da fábrica. O fato de serem empresas prioritariamente mineiras favoreceu o desenvolvimento integrado da região.
- **São José dos Pinhais (PR)** – localizado junto à capital do Paraná (Curitiba), São José dos Pinhais é sede de montadoras como Renault e Volkswagen desde a década de 1990. Desde aquela época, a população mais que duplicou, conforme o IBGE (2010), de 127 mil (1991) para 263,6 mil (2010). Comparando os PIB a preços correntes, entre 1999 e 2009, São José dos Pinhais cresceu 326%, enquanto Araquari somente 6,8%. O PIB da cidade passou de 4,28% para 6% de representatividade do Paraná, honrando a região como terceiro polo automotivo do Brasil. Outras fábricas já contribuíam para o crescimento do município antes das montadoras. Entretanto, somente as três principais fábricas automotoras da região (Nissan, Volkswagen e Renault) empregam 9,6 mil trabalhadores e proporcionam 6 mil postos de trabalho às fornecedoras das empresas. Diante desse crescimento, São José dos Pinhais passou a ser o 42º maior PIB do país.
 - **Gravataí (RS)** – localizado a 30 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, a cidade gaúcha conta com 260 mil habitantes (IBGE, 2010). Sede de um complexo da General Motors, instalado em 2000, a cidade se destaca como o 5º maior PIB do estado, com 5,62 bilhões de reais, segundo Andrade (2012) e o IBGE (2010). A arrecadação municipal cresceu nos últimos 12 anos, principalmente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O crescimento na arrecadação de tributos veio juntamente com outras fábricas (como a da Pirelli). A chegada dos sistemistas (empresas fornecedoras de peças e componentes para carros), o crescimento do comércio, hotéis e moradia para empregados e o investimento de quase 1 bilhão de dólares nos últimos dez anos na cidade têm proporcionado resultados econômicos expressivos para o município.
 - **Camaçari (BA)** – o grande destaque a se relatar sobre a indústria automotiva

concebida pela Ford na cidade de Camaçari, a 50 quilômetros de distância de Salvador, na Bahia, são os efeitos indiretos, conforme Andrade (2012). Ainda de acordo com Andrade (2012), a cadeia de indústria gerada pelo complexo gera impostos que são aplicados em educação, saúde e infraestrutura, conforme relatado pelo ex-secretário de planejamento da Bahia, Armando Avena. De acordo com o IBGE (2010), a população do município cresceu 94% em 20 anos e o reflexo da chegada da empresa de automóveis em 2001 causou um salto no PIB local de 5,8 (2002) para 15,8 bilhões de reais (2012). O efeito multiplicador fez gerar inúmeras empresas na região, como a fabricante de pneus Bridgestone/Firestone, assim como novas montadoras. Empreendimentos e criação de 9 mil empregos surgiram desde a chegada da fábrica.

4 ANÁLISE DE DADOS: TERRITÓRIO DE ARAQUARI

Após a avaliação da conjectura conceitual e de vários casos de municípios, passa-se a analisar o território de Araquari diante de dados estatísticos e de acordo com os critérios de Sachs e do plano diretor municipal.

4.1 DADOS ESTATÍSTICOS DE ARAQUARI

Com aproximadamente 386,1 km² de território, o município faz divisa com Joinville ao norte, Guaramirim a noroeste, São João do Itaperiú ao sul, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul a nordeste e Oceano Atlântico a sudeste. Araquari tem uma população de 24,8 mil habitantes (19,4 mil em 1999 e 20,2 mil em 2004). Seu PIB evoluiu de 196,7 milhões de reais (1999) para 251,5 milhões de reais em 2004 e 380,8 milhões de reais em 2009, segundo o IBGE (2010). O PIB *per capita* cresceu de 10,1 mil reais (1999) para 12,4 mil reais (2004), até chegar a 16,5 mil reais (2009). A educação conta com nove escolas municipais, 15 centros de educação infantil, três escolas estaduais com ensino médio e uma escola particular. São nove postos de saúde, um pronto-atendimento, sete equipes de saúde da família, 30 médicos, 16 enfermeiros e 16 técnicos em enfermagem, atendendo cerca de 10 mil consultas básicas por ano (Andrade, 2012).



São 7.861 empregados com carteira assinada e a economia do município passa por um processo de transformação, como é constatado na distribuição do PIB de 1999 e de 2009: a representatividade da agropecuária passou de 13,2% para 8,4%, a da indústria passou de 22,7% para 35,5% e comércio e serviços passou de 72,4% para 59,0%. Entre os segmentos de pessoas com carteira assinada, 38,7% estão na indústria da transformação, 27,5% na prestação de serviços e 15,1% no comércio. Em relação à faixa etária, 27,7% das pessoas estão entre 30 e 39 anos, 21,4% entre 18 e 24 anos e 19,2% entre 40 e 49 anos. O PIB de Araquari cresceu 6,8% entre 1999 e 2009 em média, enquanto Santa Catarina cresceu 4,7% e o Brasil, 3,3%, ou seja, duas vezes mais que o ritmo nacional (IBGE, 2010; Mazui, 2012).

4.2 CRITÉRIOS DE SACHS E O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O território em estudo, Araquari, está em um grande processo de transformação. Entre 1999 e 2009, a cidade cresceu em um ritmo duas vezes acima do PIB nacional. A indústria representa, para o município, um terço do PIB e 38,7% dos empregos com carteira assinada. Por outro lado, o baixo IDH contrasta com a evolução no campo industrial. Melhorias no sistema de água e esgoto são urgentes para a população, assim como no transporte coletivo para a cidade de Joinville. Problemas com sinais de celular e internet são questões pontuais, destacadas pela população do município (IBGE, 2010).

A participação da sociedade civil é decisiva na análise do território em questão. Definida por Arato e Cohen (1997) como a esfera de interação social entre economia e Estado, é composta, sobretudo, pela esfera íntima (especialmente a família), pela esfera das associações (especialmente associações voluntárias), pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública.

A nova concepção para o território de Araquari pode ter um formato de crescimento, assim como ocorreu com o modelo de desenvolvimento fordista citado por Lipietz (1991). Esse aspecto de desenvolvimento preconiza um padrão industrializado de organização do trabalho, um regime de acumulação e um modelo de regulação. A visão de desenvolvimento capitalista de produção e de consumo atingiu níveis de crescimento desenfreado nos anos 1980 por meio de modelos que não se preocupavam com os demais agentes e com formas de evolução dos territórios divergentes do desenvolvimento sustentável.

O estudo do território em questão deve ser feito por meio da vertente de desenvolvimento territorial (Abramovay, 2006), que impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento. Deve, também, promover relações entre os sistemas sociais e ecológicos, favorecer o estudo empírico de seus atores e de suas organizações que se voltam para compreender situações localizadas e definir como se produz a interação social em seu interior.

Vieira et al. (2005) destacam a preocupação com o desenvolvimento sustentável ao avaliarem a utilização dos recursos naturais, a questão do empoderamento da população e a segurança da subsistência. O *feedback* de utilização de recursos, de gestão adaptativa proporcionando aprendizado social, de avaliação da resiliência com aprendizagem e adaptação, além da participação popular, deve ser avaliado na busca do desenvolvimento sustentado do território.

Jean (2010) destaca que o território é, antes de tudo, uma construção de atores sociais buscando resolver um dado problema produtivo. O território é um recurso para o desenvolvimento e o desenvolvimento territorial deve ter sustentabilidade, ser solidário e apropriado.

Como já foi mencionado, a análise do território de Araquari é feita de acordo com os critérios definidos por Sachs (2007) (social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional). Além disso, o autor busca estratégias visando a ecossocioeconomia e, em complemento, as diretrizes municipais são examinadas de acordo com o plano diretor municipal.

Segundo Saboya (2007, p. 39), plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção dos objetivos. O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Araquari é participativo, parte integrante do processo de planejamento municipal e instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento, devem incorporar os princípios, objetivos e prioridades contidos no plano (Araquari, 2006), que define: a política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do município; os critérios para



garantir que a cidade cumpra com sua função social; os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social; as regras orientadoras do uso, da ocupação e do parcelamento do solo; o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento territorial. Além disso, o plano ainda define que a política urbana deve se pautar pelos seguintes princípios: função social da cidade; função social da propriedade; sustentabilidade; igualdade e justiça social; gestão democrática e participativa.

Social

Formas de avaliar as variáveis sociais são compostas por indicadores de inclusão social, desenvolvimento humano, qualificação e participação da comunidade regional no processo de crescimento do território e qualidade de vida da população. A preocupação com a empregabilidade da mão-de-obra é outra questão a ser avaliada, pois há carência em razão da ausência de formação técnica e

educacional no município. A mão-de-obra da região pode ser beneficiada, pois há um polo industrial na região de Joinville e Jaraguá do Sul.

De acordo com o Plano Diretor de Araquari, as funções sociais da cidade correspondem ao direito à cidade para todos e todas, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer (Araquari, 2006).

Por outro lado, o IDH, de acordo com o IBGE (2010), tem um saldo negativo quando se compara Araquari com os municípios de Santa Catarina. Joinville, cidade vizinha, tem a melhor qualidade de vida do estado em relação ao índice pesquisado. Demais municípios com montadoras apresentam resultados superiores em comparação ao território em estudo, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano

Classificação Nacional	Município	IDH
13º	Joinville/SC	0,857
101º	São Bernardo do Campo/SP	0,834
361º	Gravataí/RS	0,811
657º	São José dos Pinhais/PR	0,796
1170º	Betim/MG	0,775
1397º	Araquari/SC	0,767
2321º	Camaçari/BA	0,734

Fonte: IBGE 2010.

Considerando que o Plano Diretor visa planejar a distribuição da população de forma equilibrada no município, favorecendo a inclusão social e o acesso a todos os municípios, algumas considerações devem influenciar a distribuição e o cumprimento das ações sociais e de planejamento urbano (Araquari, 2006). É objetivo da Zona de Diversidade Urbana III estimular a vida de bairro com uso predominante residencial de média densidade, complementado por atividades não residenciais, como comércio, serviço e indústrias, controladas quanto ao porte e ao impacto ambiental. Sobre o Corredor de Urbanidade (CURB), destaca-se a busca pelo interesse turístico, pela estruturação de equipamentos comunitários municipais e pela eficiência do transporte coletivo.

Riato (2012) ressalta que a fábrica da BMW se enquadrou em dois programas de incentivo do governo do estado: Pró-emprego e Programa de

Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). Santa Catarina decidiu ainda criar um regime automotivo para atrair a empresa, o Compete SC, em avaliação na Assembleia Legislativa. Sem definir os valores, o governo estadual garante que os incentivos se pagará em oito anos.

Diante desses cenários, verifica-se a necessidade de relacionamento das ações da empresa, do estado e do município, visando intensificar a qualificação profissional, cumprir as implantações sociais dentro das zonas de diversidade urbana estabelecidas (assim como o uso de Corredores de Urbanidade) e promover o desenvolvimento social para os municípios e futuros cidadãos de Araquari.

Cultural

A preocupação com a manutenção da cultura, tradições e manifestações regionais deverá ser pauta no contexto de desenvolvimento do município. Não há como manter a identidade de



uma população sem a preservação de seu histórico cultural. Dessa forma, o Plano Diretor define algumas diretrizes e áreas de zona turística (Araquari, 2006), por exemplo a Zona de Especial Interesse Turístico no artigo 102. A preservação de áreas de turismo e políticas de estudo e manutenção das culturas locais devem estar em pauta no desenvolvimento do território. Um projeto integrado e endógeno deve propiciar mecanismos que tragam incentivos à preservação da cultura e regiões turísticas do território.

Ecológica e ambiental

O foco da análise ecológica na visão de desenvolvimento de um território deve considerar o entendimento de termos e conceitos ecológicos. De acordo com o IBGE (2004), essas são importantes variáveis a serem avaliadas em um estudo territorial: biodiversidade são os genes, espécies e ecossistemas de uma determinada região; ecossistema é o sistema integrado e autofuncionante que consiste em interações dos elementos bióticos e abióticos e cujas dimensões podem variar consideravelmente; bioma é o conjunto de vida definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria. Por fim, resiliência na versão da ecologia significa a medida da capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico, perceptivelmente, para um estado diferente.

Considerando um dos objetivos definidos pelo Plano Diretor, de promover o desenvolvimento econômico local, de forma social e ambientalmente sustentável, e o fato de seu artigo 7º conceituar sustentabilidade como o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações (Araquari, 2006), as análises ecológica e ambiental passam a ser decisivas na formação da nova concepção territorial. Estado, sociedade civil e mercado devem considerá-las em todos os impactos possíveis de ocorrer dentro do território analisado.

Alguns artigos do Plano Diretor de Araquari definem diretrizes ambientais a serem consideradas sobre o território em estudo, por meio de zonas de uso sustentável, de interesse ambiental e de preservação permanente (artigos 115 a 117).

Territorial

O Plano Diretor de Araquari (2006) contém alguns termos que se relacionam com o critério territorial. As áreas ecologicamente frágeis, por exemplo, são avaliadas no artigo 126 quanto ao potencial de degradação ambiental. As atividades são classificadas conforme a interferência no meio ambiente com as seguintes categorias: baixo potencial de degradação ambiental, médio potencial de degradação ambiental e alto potencial de degradação ambiental.

O impacto de vizinhança também faz parte do estudo territorial do Plano. As atividades sujeitas a Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) para implantação são classificadas em decorrência de características especiais de funcionamento e implantação, como a necessidade de enquadramento ao órgão estadual do meio ambiente, etc.

O limite de ocupação do solo no território do município é definido pelos índices urbanísticos de que tratam os dispositivos do Plano Diretor, compreendendo: coeficiente de aproveitamento; taxa de ocupação; recuos e afastamentos; limite de altura das edificações. Em complemento, nos Corredores de Centralidade e no Corredor de Urbanidade, os índices urbanísticos são definidos obedecendo ao máximo permitido para zonas contíguas, observando a forma de parcelamento do solo e a continuidade da organização espacial existente. Outros estudos essenciais para o critério territorial são citados no Plano Diretor de Araquari (2006), como o EIV e os instrumentos de democratização da gestão municipal (artigos 255 e 286).

Econômica

Como definir o desenvolvimento econômico municipal de forma equilibrada, se o cenário proposto de desenvolvimento, gerado pela chegada da empresa ao território, não gera empregos nem rendimentos a todos os cidadãos do município? O controle da capacitação e interferência nos recursos de forma que transformem o investimento e a isenção fiscal se dá por meio de políticas e ações municipais, estaduais e federais no território e na região. É a única forma capaz de proporcionar ao território a segurança alimentar, o desenvolvimento de instrumentos de produção, a autonomia da pesquisa científica e tecnológica e a inserção econômica estadual, nacional e internacional.

Algumas ações são citadas pelo Plano Diretor de Araquari (2006) e influenciarão no desenvolvimento econômico territorial (corredores de centralidade, artigo 92; zona de produção industrial, artigo 103; corredor industrial, artigo 105; corredor de serviços, artigos 107 e 108). Diretrizes definidas pelo Sistema Municipal de Planejamento e Gestão



(artigos 268 e 269) serão capazes de propor mecanismos responsáveis por gerar estratégias políticas, econômicas e formadoras de rumo para o território em estudo.

Política nacional

A expectativa de Estado, mercado e sociedade civil é elevada pelo retorno que a chegada da empresa pode proporcionar em número de empregos, produção, qualidade de vida etc. Entretanto, a visão do panorama no âmbito político nacional é proporcionar mecanismos de parceria e propiciar políticas capazes de gerar o desenvolvimento de empreendedorismo do território.

A coesão social ocorre com a integração de todos os setores (desde que incluindo a sociedade civil) e, conforme ocorreu em outro município sede de indústria automotiva, seria a “catarinização” de fornecedores. Esse seria um mecanismo capaz de propiciar o desenvolvimento com coesão social, regional e com estímulo ao empreendedorismo regional com o desenvolvimento da empresa na região.

Política internacional

Por se tratar de uma empresa estrangeira, que busca o desenvolvimento no mercado nacional por meio de uma fábrica em um município catarinense, a avaliação da política internacional é influenciada por diretrizes da matriz da construtora automobilística e do mercado mundial.

A gestão de recursos ambientais, naturais e humanitários, em parceria com sociedade civil, estado e mercado, por meio de um sistema de desenvolvimento sustentável e foco nas ações territoriais, pode ser capaz de gerar identidade da empresa com o território e proporcionar a ele continuidade e destaque diante, inclusive, de políticas internacionais.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: DTS EM ARAQUARI - EXPECTATIVAS E DESAFIOS NA VISÃO DOS ATORES SOCIAIS

Por intermédio do quadro de evolução proposto pelo modelo a ser seguido para o território em estudo, são apresentados alguns pontos de vista de expectativa pela análise prospectiva do território de Araquari, na visão dos atores envolvidos.

Entre outras, as principais expectativas dos atores englobam os seguintes itens: geração de empregos; atração de novas empresas e investimentos; melhoria na qualidade de vida; melhoria no *status* da cidade perante as demais do estado; crescimento econômico; melhor nível de qualificação da mão de obra (Mazui, 2012).

Por outro lado, as principais preocupações e desafios são: faltar infraestrutura básica; não conseguir um crescimento equilibrado; impactar a situação do meio ambiente; não haver melhorias sociais; não formar mão-de-obra qualificada.

De acordo com Andrade (2012), emprego, investimentos, desenvolvimento e qualidade de vida resumem a expectativa dos empresários de Araquari, como consequências da instalação da BMW no município. Conforme destacado, o território é conhecido pelo baixo IDH, e os investimentos poderiam servir como desencadeadores de soluções para vários problemas. A BMW traz boas perspectivas para a área industrial e habitacional, segundo o representante da Associação Empresarial e Agrícola de Araquari (ACIAA), Jorge Laureano, em entrevista a Andrade (2012). Ele acredita que, em dez anos, a população da cidade, que hoje é de cerca de 24 mil habitantes, aumente em 50%. O crescimento do PIB também será expressivo. Segundo o IBGE (2010), a cidade está se expandindo a um ritmo duas vezes maior do que o país e 44% a mais do que o estado.

Outras reivindicações do representante da ACIAA, segundo Andrade (2012), seriam melhorias no sistema de água e esgoto; a transformação da região para área metropolitana, o que levaria a melhorias no transporte coletivo, como a permissão para ônibus de Joinville entrar na cidade; mão-de-obra para o município; e melhor qualidade de sinal de internet e celular.

Mazui (2012) exemplifica a visão de Santa Catarina com a interpretação do governador do estado, no sentido de que o investimento deverá alcançar 1 bilhão de reais na segunda etapa da fábrica. A ideia inicial é produzir 30 mil veículos por ano, mas na segunda fase o número pode chegar a 80 mil veículos. Segundo o governador, a logística foi determinante para a escolha do território de implantação.

De acordo com o professor da Escola de Negócios Sustentare, Ricardo Della Santina, a chegada de empresas, como a BMW em Araquari e de outras multinacionais ao norte de Santa Catarina, deve proporcionar aumento na distribuição de renda da população em até 25% por conta das contratações, orçamento público até 10% maior e oferta crescente de empregos, com a chegada de pequenos comércios e serviços.

Com a renda média de 1.063,00 reais, o trabalhador e a população de Araquari veem a chegada da empresa como uma oportunidade. A possibilidade de geração de empregos, qualificação da mão-de-obra regional, melhoria



na qualidade de vida e na infraestrutura municipal é vista como grande ponto positivo. Os riscos seriam não conseguir um crescimento equilibrado, sem melhorias sociais, com impactos ambientais e sem ocorrer uma qualificação da mão-de-obra do município.

Por outro lado, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, conforme Riato (2012), destaca o impacto da construção da fábrica no estado. Paulo Bornhausen estima que o investimento chegue a 1 bilhão de reais nas várias etapas de instalação, ampliando o número de empregos gerados. Bornhausen lembra que a construção de uma montadora de veículos fomenta aportes de fabricantes de autoparças. Até o momento, 30 empresas já manifestaram interesse em compor o parque de fornecedores da BMW.

A facilidade logística do terreno onde a unidade será erguida é um diferencial, próximo aos portos de Itapoá e de São Francisco e a menos de 100 quilômetros de outros dois, Itajaí e Navegantes. A qualificação da mão-de-obra do estado, que tem indústria metal-mecânica fortalecida, também pesou na escolha. Riato (2012) destacou que os programas em que a empresa se enquadrou com incentivo do governo (Pró-emprego e Prodec), além do regime automotivo para atrair a empresa, o Compete SC, o qual ainda está sob avaliação na Assembleia Legislativa.

A unidade se enquadrará ainda nas regras do Inovar-Auto, nova política industrial para o setor com validade de 2013 a 2017. O programa prevê condições diferenciadas para fabricantes de baixos volumes, com menos de 35 mil veículos anuais, como é o caso da BMW. Riato (2012) destacou que, para não pagar o adicional de 30 pontos percentuais no imposto sobre produto industrializado (IPI), as companhias terão de aplicar valor equivalente a 17 mil reais por unidade prevista de capacidade produtiva em ativos fixos no país. Depois do início da fabricação, não será necessário acompanhar o aumento do Índice de Conteúdo Regional (ICR) previsto para empresas de grande volume, que será calculado com base no fator multiplicador sobre as compras nacionais de componentes.

Em complemento, segundo Pereira (2012), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) avalia os investimentos anunciados em 2012 com grande otimismo, principalmente aqueles relacionados ao aumento de produção da cadeia automobilística – como a instalação da BMW em Araquari, somadas a medidas fiscais e creditícias.

A imersão territorial dos atores pode fomentar a competitividade no sistema local, implantando hábitos, convenções e normas de

comportamento, por meio de um fenômeno facilitado pela proximidade geográfica, que transcende as tradicionais relações cliente/fornecedor e compreende redes formais e informais de colaboração e interações (Silva & Alves, 2009).

Os impactos causados para todos os critérios de sustentabilidade no município de Araquari serão profundos e capazes de afetar ambiente, infraestrutura e população. Aspectos como o impacto da resiliência sobre o território, o mecanismo de isenção fiscal, a gestão integrada e participativa de recursos naturais e a visão não somente econômica, mas também cultural e de desenvolvimento sustentável definirão a forma que as relações entre os atores ocorrerá nos próximos anos e décadas na região em estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para avaliar o impacto futuro no território, deve-se estudar a sua resiliência, ou a capacidade do local se comportar adequadamente mediante a ação do homem. A capacidade do ecossistema de absorver tensões ambientais, sem mudar perceptivelmente seu estado ecológico, deverá ser preparado por ações específicas, com cautela sobre o local e a forma com que a empresa se situará no município e região. O planejamento definido pelo Plano Diretor de Araquari deve ser levado à risca em todos os processos, tanto de instalação da fábrica, quanto de fornecedores, empregados e condução da vida em sociedade, preocupando-se com a continuidade do bioma, áreas de preservação etc.

Deve-se avaliar, também, a questão da isenção fiscal e dos mecanismos utilizados pelo Estado para implantação da empresa no território. Os recursos e os investimentos devem ser aplicados na região de forma que estimulem o desenvolvimento territorial e sustentável do município. Fatores culturais, turísticos, de educação, de saúde e de infraestrutura devem ser considerados em todos os aspectos, com a gestão integrada e participativa de recursos naturais sendo levada em conta em qualquer decisão municipal, estadual ou federal sobre o território.

Além de não ser colocada em pauta somente a visão econômica, mas também cultural e de desenvolvimento sustentável para o território, deve-se buscar exemplos de iniciativas positivas ocorridas em outros municípios com fábricas automotivas. A “catarinização de fornecedores” seria uma forma de estimular o empreendedorismo e a criação e qualificação do mercado regional. A qualificação municipal e o



aproveitamento da mão-de-obra regional é outro meio essencial para que o desenvolvimento de todos os atores ocorra de forma cooperada e integrada.

Outro elemento importante é a evolução do PIB municipal nos casos citados neste artigo. Entretanto, o crescimento do IDH não é um resultado positivo nos municípios citados. Buscar alcançar elevação do IDH ao lado do desenvolvimento é a meta para que a evolução do território não aconteça de forma descompassada com a economia. Ações sociais, na saúde, na educação, no transporte e no saneamento municipal deverão ser o foco a partir do que foi pré-estabelecido no Plano Diretor do município.

Não há como pensar em um desenvolvimento específico e integrado como os distritos industriais, visto o que ocorreu na Terceira Itália. Entretanto, a visão pós-fordista poderá demonstrar formas de fortalecimento civil e social de forma integrada, desde que o território e seu potencial sejam capazes de ser conduzidos ao desenvolvimento integrado (sociedade civil, Estado e mercado). O desenvolvimento cultural e o cuidado com a gestão ambiental deverão ser marcas para o DTS no município.

De acordo com os critérios de sustentabilidade de Sachs, algumas conclusões são importantes e essenciais para formar um território desenvolvido e sustentável: realizar o EIV; utilizar instrumentos de democratização da gestão de desenvolvimento econômico intersetorial de forma equilibrada; estudar a segurança alimentar, os corredores de centralidade, industrial e de serviços e zonas de produção industrial; cumprir as diretrizes do sistema municipal de planejamento e proporcionar mecanismos de parceria por meio da gestão; propiciar políticas capazes de gerar desenvolvimento de empreendedorismo do território.

O cumprimento das ações do Plano Diretor por todos os atores, conforme as suas diretrizes, será essencial, seguindo os requisitos de função social da cidade, função social da propriedade, sustentabilidade, igualdade e justiça social e gestão democrática e participativa.

O crescimento de investimentos diretos e indiretos para o território será grande e o desenvolvimento ocorrerá por meio da sociedade e comunidade de forma equilibrada.

O capital cognitivo coletivo (historicidade e memória coletiva) é formado nesse equilíbrio; e, por fim, há reciprocidade entre membros, por meio de fidelidade, gratidão e identidade. O fortalecimento da sociedade como um todo só ocorre se todos estiverem cientes de que a sustentabilidade territorial se dá por meio do

cuidado com o ambiente, o social, o cultural e o território.

O DTS é resultado de uma estratégia de aliança entre diferentes grupos envolvidos, dada uma específica questão produtiva. Todos devem estar imbuídos desse objetivo. A gestão participativa na definição de um cenário positivo para o território de Araquari somente ocorrerá com a cooperação entre sociedade civil, mercado e Estado.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2006). Para uma teoría de los estudios territoriales. In: Manzano, M.; Nieman, G. & Lattuada, M. (orgs.) *Desarrollo rural : organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006.
- Alves, L. E. S. (2001). Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, 41(4), 78-76, out/dez. São Paulo.
- Andion, C.; Serva, M. & Lévesque, B. (2006). O debate da economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, 4, 199-221.
- Andrade, M. (2012). Efeito montadora: a revolução sobre rodas. *Diário Catarinense*, 6-10, 4 nov., Florianópolis.
- Araquari (2006). *Lei Complementar Nº 50/2006. Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial de Araquari*. Araquari, SC.
- Arato, A.; Cohen, J. (1997). *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.
- Becattini, G. (1999). Os distritos industriais na Itália. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A: 45-58.
- Bobbio, N. (1999). *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 36.
- Chagnazaroff, I. B. (2009). Reflexões sobre estratégias de governança local. *Gestão e Sociedade*, 3(5), 23-47.
- DIÁRIO CATARINENSE. (2012): Economia, edição de 26 de novembro de 2012.



- <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2012/11/norte-catarinense-vai-receber-enfim-uma-unidade-de-montagem-da-alema-bmw-3962903.html>>. Acesso em jan. 2013.
- Cruz, J. A. W.; Martins, T. S. & Quandt, C. O. (2009). Redes de cooperação: um enfoque de governança. *Revista Alcance*, 15(2), 190-208.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em jan. 2013.
- _____ (2010). Município de Araquari. Censo demográfico 2010. IBGE. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420130>>. Acesso em jan. 2013.
- _____ (2004). Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2ª Edição. Rio de Janeiro.
- Jean, B. (2010). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios. In: Vieira, P.F., Cazella, A. A., Cerdan, C., & Carrière, J. P. (org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED, 2010.
- Lipietz, A. (1991) *Audácia, uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel.
- Lorenzetti, J. V. & Carrion, R. M. (2012). Governança ambiental global: atores e cenários. *Cadernos EBAPE*, 10(3), 721-735.
- Mazui, G. (2012). Agora é oficial: primeiros BMW de SC em 2014. *Diário Catarinense*, p. 4, 23 out. Florianópolis.
- Pecqueur, B. (2006). A guinada territorial da economia global. *Eisforia*, 4.
- Pereira, P. (2012). Fiesc lamenta ano difícil, mas mantém otimismo. <http://www.amanha.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4057:fiesc-lamenta-ano-dificil-mas-mantem-otimismo&catid=46:economia-1&Itemid=69>. Acesso em janeiro de 2013.
- Putnam, R. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Riato, G. (2012) BMW investirá € 200 milhões no <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/15409/bmw-investira--200-milhoes-no-brasil>. Acesso em janeiro 2013.
- Saboya, R. (2007). *Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sachs, I. (2007) *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Vieira, P. (org.). São Paulo: Cortez.
- Sauvage, P. (1996). Synthèse. In OCDE. *Réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle*. Paris: OCDE.
- Silva, G.M.; Alves, J.C.M. (2009). Governança municipal do desenvolvimento local. *Revista de Administração da UFSM*, 2(3), 499-512.
- Vieira, P.; Berkes, F.; Seixas, C. (2005). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais*. Florianópolis: Secco/APED.
- Vieira, P. H. F.; Cazella, A. A. & Cerdan, C. (2009). Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. *Política & Sociedade*, 1, 333-378.